

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Estudo Técnico Preliminar 10/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 2026/036

2. Descrição da necessidade

A contratação pretendida decorre da necessidade de assegurar o fornecimento contínuo de materiais gráficos institucionais indispensáveis ao funcionamento administrativo e ao desempenho das atividades finalísticas do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF.

Os materiais gráficos abrangidos pela futura contratação são utilizados como instrumentos de apoio à orientação institucional, à padronização de procedimentos, à divulgação de normas e diretrizes, ao suporte às ações de fiscalização profissional e ao atendimento de demandas administrativas do CONFEF e do Sistema CONFEF/CREFs. Trata-se, portanto, de insumos necessários à execução regular de atividades permanentes da Administração.

A necessidade mostra-se ainda mais relevante diante do cenário de expansão institucional do Sistema CONFEF /CREFs, com a perspectiva de criação de 5 (cinco) novos Conselhos Regionais, além dos 22 (vinte e dois) já existentes, circunstância que tende a ampliar a demanda por materiais padronizados e a exigir maior capacidade de atendimento por parte da Administração.

Além disso, deve-se considerar o contexto de reestruturação institucional do CONFEF, em razão da futura mudança de sede para Brasília/DF, fato que, embora não altere neste momento o local de entrega dos materiais, evidencia a necessidade de planejamento contratual compatível com a continuidade administrativa, a reorganização operacional e a possível ampliação das demandas institucionais.

Nesse contexto, verifica-se que a demanda por materiais gráficos possui caráter recorrente, porém com quantitativos que podem variar conforme as necessidades efetivamente verificadas ao longo da vigência contratual, especialmente em razão da expansão institucional e da dinâmica administrativa do CONFEF. Por essa razão, mostra-se inadequada a definição de consumo rígido e exato para todo o período, sob pena de gerar contratações subdimensionadas ou superdimensionadas.

Diante disso, a Administração necessita de solução contratual que assegure padronização, disponibilidade, economicidade e flexibilidade de atendimento, permitindo a solicitação dos materiais conforme a necessidade efetiva, sem a obrigação de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

Assim, a realização de licitação com adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada para atender à necessidade administrativa identificada, por possibilitar contratações futuras e parceladas, conforme a demanda, com maior eficiência no planejamento, na gestão de estoques e na aplicação dos recursos públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria Administrativa	Anderson Frade Fernandes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar requisitos técnicos e operacionais necessários à adequada execução do objeto, de forma a assegurar a qualidade dos materiais produzidos, a padronização institucional e o atendimento tempestivo das demandas do CONFEF.

Requisitos técnicos do objeto

Os serviços deverão contemplar a confecção de materiais gráficos conforme especificações previamente definidas pela Administração, incluindo dimensões, tipo de papel, gramatura, cores, acabamento e demais características técnicas usuais de mercado.

A contratada deverá garantir que os materiais produzidos estejam integralmente aderentes às especificações técnicas, não sendo admitidas variações que comprometam a qualidade, a padronização visual ou a funcionalidade dos produtos.

Deverá ser assegurada a utilização de insumos de qualidade compatível com as especificações exigidas, bem como a observância de boas práticas de produção gráfica.

Requisitos de execução

A execução dos serviços deverá ocorrer sob demanda, a partir do envio, pela Administração, dos arquivos digitais contendo a arte final dos materiais a serem produzidos.

A contratada deverá apresentar prova física ou digital do material, previamente à produção em escala, para fins de análise e aprovação pela Administração, sendo vedado o início da produção sem a devida autorização.

Os prazos de execução deverão ser compatíveis com a necessidade administrativa, devendo a contratada observar os prazos máximos para apresentação de prova e entrega dos materiais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

A entrega dos materiais deverá ocorrer no endereço indicado pela Administração, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dias úteis e em horário previamente definido.

Requisitos de qualidade

Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem defeitos de impressão, acabamento ou montagem, devendo atender integralmente aos critérios de qualidade estabelecidos.

Serão considerados, para fins de avaliação, aspectos como fidelidade de cores, qualidade da impressão, integridade das folhas, acabamento, corte, encadernação (quando aplicável) e conformidade com as dimensões especificadas.

A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer materiais que apresentem defeitos ou estejam em desacordo com as especificações exigidas.

Requisitos de sustentabilidade

A contratada deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando a utilização de insumos que atendam às normas ambientais aplicáveis, bem como adotando práticas que minimizem impactos ambientais decorrentes da execução do objeto.

Requisitos de habilitação técnica

Para fins de qualificação técnica, deverá ser exigida a comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A comprovação deverá demonstrar experiência prévia na execução de serviços gráficos com características e quantitativos compatíveis com os previstos na contratação.

Requisitos contratuais relevantes

Não será admitida a subcontratação do objeto, considerando a necessidade de controle da qualidade e padronização dos materiais produzidos.

Não haverá exigência de garantia contratual, tendo em vista a natureza do objeto e o baixo risco associado à contratação.

A contratação deverá ser estruturada de modo a permitir a execução parcelada do objeto, em consonância com o modelo de fornecimento sob demanda.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos, com o objetivo de identificar a alternativa mais vantajosa para a Administração.

Foram analisadas as seguintes possibilidades:

I – Aquisição direta de materiais gráficos pela Administração

Consiste na aquisição isolada de insumos (papel, tinta, serviços de impressão avulsos), com execução interna ou fragmentada dos serviços.

Análise:

Esta alternativa mostra-se inadequada, uma vez que a Administração não dispõe de estrutura operacional, equipamentos e recursos humanos especializados para a produção gráfica em escala. Além disso, a fragmentação da contratação comprometeria a padronização dos materiais, aumentaria a complexidade da gestão contratual e elevaria o risco de inconsistências técnicas e qualitativas.

II – Contratação por demanda específica (sem registro de preços)

Consiste na realização de contratações individuais para cada necessidade identificada, mediante processos licitatórios ou contratações diretas ao longo do exercício.

Análise:

Embora viável sob o ponto de vista legal, esta alternativa mostra-se ineficiente, considerando o caráter recorrente da demanda. A repetição de processos licitatórios implicaria aumento do custo administrativo, maior tempo de resposta às demandas institucionais e risco de descontinuidade no fornecimento dos materiais.

III – Contratação com quantitativo fixo previamente definido

Consiste na definição antecipada de quantitativos exatos para todo o período contratual, com fornecimento integral ou parcelado.

Análise:

Esta solução apresenta limitações relevantes, tendo em vista a dificuldade de estimar com precisão a demanda futura, especialmente diante do cenário de expansão institucional (criação de novos Conselhos Regionais) e reestruturação administrativa. A definição rígida de quantitativos pode resultar em contratações superdimensionadas (gerando desperdício e custos desnecessários) ou subdimensionadas (comprometendo o atendimento das necessidades).

IV – Contratação por meio de Sistema de Registro de Preços (ARP)

Consiste na realização de licitação para registro de preços, permitindo contratações futuras e parceladas, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da ata.

Análise:

Esta alternativa mostra-se a mais adequada para o atendimento da necessidade, considerando:

- a natureza recorrente e variável da demanda por materiais gráficos;
- a necessidade de padronização dos produtos;
- a possibilidade de ampliação da demanda em razão da criação de novos Conselhos Regionais;
- a necessidade de flexibilidade operacional durante o processo de reestruturação institucional;
- a redução do custo administrativo, evitando a realização de múltiplos processos licitatórios;
- a otimização da gestão de estoques, evitando aquisições desnecessárias.

O Sistema de Registro de Preços permite que a Administração realize contratações conforme a demanda efetiva, sem a obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados, garantindo maior eficiência, economicidade e aderência ao planejamento institucional.

Conclusão do Levantamento de Mercado

Diante da análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação por meio de Sistema de Registro de Preços (ARP) é a solução mais vantajosa para a Administração, por alinhar-se às características da demanda, proporcionar maior flexibilidade de execução e assegurar melhor utilização dos recursos públicos,

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, com fornecimento de materiais, por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando à produção e entrega, sob demanda, de materiais gráficos institucionais do CONFEF.

A execução do objeto compreenderá todas as etapas necessárias à confecção dos materiais, incluindo a análise dos arquivos digitais encaminhados pela Administração, a elaboração de prova para validação, a produção gráfica, o acabamento, o controle de qualidade e a entrega dos produtos no local indicado.

A Administração será responsável pela disponibilização da arte final dos materiais, cabendo à contratada a fiel reprodução conforme as especificações técnicas estabelecidas, garantindo a padronização visual e a qualidade exigida.

O modelo adotado prevê a execução sob demanda, com solicitações realizadas conforme a necessidade administrativa, durante a vigência da ata de registro de preços, não havendo obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

A solução contempla, ainda, a exigência de validação prévia dos materiais por meio de prova (física ou digital), como mecanismo de controle de qualidade, bem como a definição de prazos para produção e entrega compatíveis com as necessidades institucionais.

A gestão e fiscalização contratual serão realizadas com base em critérios objetivos de desempenho, incluindo prazos, qualidade dos materiais, acabamento e conformidade com as especificações técnicas, possibilitando a aferição dos resultados e a aplicação de medidas corretivas, quando necessário.

A adoção do Sistema de Registro de Preços se mostra adequada à solução proposta, considerando que:

- a demanda por materiais gráficos é recorrente, porém variável ao longo do tempo;
- há perspectiva de ampliação das demandas em razão da expansão do Sistema CONFEF/CREFs;
- a Administração necessita de flexibilidade para realizar contratações conforme a necessidade efetiva;

- o modelo evita a formação de estoques desnecessários e reduz riscos de desperdício;
- permite maior eficiência na gestão contratual e na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a solução como um todo garante o atendimento contínuo das necessidades institucionais, com padronização, qualidade, economicidade e flexibilidade operacional, estando alinhada às diretrizes de planejamento, eficiência e boa governança previstas na Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base no histórico de consumo do CONFEF em contratações anteriores de serviços gráficos, considerando, ainda, as necessidades institucionais atuais e a projeção de aumento de demanda decorrente da expansão do Sistema CONFEF/CREFs.

Foram analisados dados referentes às contratações anteriores, bem como a frequência de utilização dos materiais gráficos institucionais, especialmente aqueles destinados à orientação normativa, apoio à fiscalização profissional e divulgação institucional.

Adicionalmente, a estimativa considerou o cenário de expansão institucional, com a previsão de criação de 5 (cinco) novos Conselhos Regionais de Educação Física, além dos 22 (vinte e dois) atualmente existentes, o que tende a ampliar a demanda por materiais padronizados em âmbito nacional.

Também foi considerado o contexto de reestruturação administrativa do CONFEF, com a futura mudança de sede para Brasília/DF, fator que pode impactar a dinâmica de distribuição e utilização dos materiais, exigindo maior capacidade de atendimento contratual.

Diante desses elementos, optou-se por estimar quantitativos que reflitam uma demanda potencial, e não apenas o consumo histórico, de forma a assegurar que a contratação seja suficiente para atender às necessidades durante toda a vigência da ata.

Ressalta-se que, em razão da natureza da contratação e da variabilidade da demanda, não é possível definir com exatidão o consumo efetivo de cada item ao longo do período contratual.

Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços permite que os quantitativos estimados funcionem como referência máxima de contratação, não gerando obrigação de aquisição integral por parte da Administração, nos termos da legislação vigente.

Assim, os quantitativos foram definidos de forma a:

- atender ao consumo médio histórico do CONFEF;
- contemplar a possível ampliação da demanda decorrente da criação de novos Conselhos Regionais;
- garantir margem de segurança para atendimento de demandas extraordinárias;
- evitar descontinuidade no fornecimento dos materiais gráficos.

Os quantitativos estimados por item encontram-se abaixo:

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
1	Carta Brasileira de Educação Física	30.000
2	Carta Brasileira de Prevenção Integrada na área da Saúde	30.000
3	Código de Ética do Profissional de Educação Física	100.000

4	Código Processual de Ética	2.000
5	Intervenção do Profissional de Educação Física	30.000
6	Guia de Princípio de Conduta Ética do Estudante de Educação Física	30.000
7	Manual de Fiscalização	5.000

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 590.030,00

O procedimento administrativo empregado para a condução desta pesquisa de preços fundamenta-se na Instrução Normativa Nº 65, datada de 7 de julho de 2021, sendo utilizados os seguintes parâmetros:

- I. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- II. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- IV. Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Para efeitos de conformidade com o inciso I do artigo 3º da Instrução Normativa mencionada, é preciso registra-se que a descrição do objeto pesquisado consta na planilha constante no anexo Relatório de Pesquisa de Preço, na qual foi buscada uma maior similaridade entre os itens do objeto e CATMAT disponível, principalmente em relação ao Sistema de Compras do Governo Federal. O procedimento administrativo para estabelecimento dos preços ocorreu mediante a priorização dos parâmetros listados nos incisos I, II e IV, em conformidade com o disposto no §1º do artigo 5º da IN 65/2021.

Assim, Apresenta-se os valores coletados para o presente processo de aquisição:

ITENS	DESCRIÇÃO	CATMAT/ CATSER	QUANT.	EMPRESAS						PAINEL DE PREÇOS (MÉDIA E MEDIANA)		(MÉDIA)	(MEDIANA)
				WLADIMIR PEREIRA CONSULTORIA		JP COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA		COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA				Val. Unitário	Val. Unitário
				Val. Unitário	Val. Total	Val. Unitário	Val. Total	Val. Unitário	Val. Total	Val. Unitário	Val. Total		
1	Carta Brasileira de Educação Física	15857	30.000	R\$ 3,20	R\$ 96.000,00	R\$ 10,00	R\$ 300.000,00	R\$ 2,64	R\$ 79.200,00	R\$ 2,3350	R\$ 70.050,00	R\$ 2,73	R\$ 2,64
2	Carta Brasileira de Prevenção Integrada na área da Saúde	15857	30.000	R\$ 3,60	R\$ 108.000,00	R\$ 11,00	R\$ 330.000,00	R\$ 2,48	R\$ 74.400,00	R\$ 2,3300	R\$ 69.900,00	R\$ 2,80	R\$ 2,48
3	Código de Ética do Profissional de Educação Física	15857	100.000	R\$ 3,20	R\$ 320.000,00	R\$ 5,50	R\$ 550.000,00	R\$ 2,07	R\$ 207.000,00	R\$ 1,8267	R\$ 182.670,00	R\$ 2,37	R\$ 2,07
4	Código Processual de Ética	15857	2.000	R\$ 6,60	R\$ 13.200,00	R\$ 12,30	R\$ 25.000,00	R\$ 4,26	R\$ 8.520,00	R\$ 5,1700	R\$ 10.340,00	R\$ 5,34	R\$ 5,17
5	Intervenção do Profissional de Educação Física	15857	30.000	R\$ 3,40	R\$ 102.000,00	R\$ 10,00	R\$ 300.000,00	R\$ 2,58	R\$ 77.400,00	R\$ 1,8040	R\$ 54.120,00	R\$ 2,59	R\$ 2,58
6	Guia de Princípio de Conduta Ética do Estudante de Educação Física	15857	30.000	R\$ 3,24	R\$ 97.200,00	R\$ 10,00	R\$ 300.000,00	R\$ 2,58	R\$ 77.400,00	R\$ 1,8040	R\$ 54.120,00	R\$ 2,54	R\$ 2,58
7	Manual de Fiscalização	15857	5.000	R\$ 5,60	R\$ 28.000,00	R\$ 11,30	R\$ 57.500,00	R\$ 3,66	R\$ 18.300,00	R\$ 4,2600	R\$ 21.300,00	R\$ 4,51	R\$ 4,26
-	Prazo de Entrega	-	-	não informado	não informado	não informado	não informado	não informado	não informado	-	-	-	-
-	Valor do Frete	-	-	não informado	não informado	não informado	não informado	não informado	não informado	-	-	-	-
-	VALOR TOTAL	-	-	R\$ 764.400,00	R\$ 1.862.500,00	R\$ 542.220,00	R\$ 442.500,00	R\$ 442.500,00	R\$ 442.500,00	-	-	-	-

Observação: Os valores apresentados pela empresa JP Comércio de Embalagens Ltda, são considerados excessivos e não foram considerados na apuração.

O método estatístico adotado para obtenção do preço foi baseado no critério de média aritmética.

Para a obtenção do preço de referência, procedeu-se ao saneamento com base no Art. 6º da IN 65/2021. Foi descartada a proposta de R\$ 1.862.500,00 por ser considerada excessivamente elevado e inconsistente com os demais preços coletados.

Desse modo, apurou-se o seguinte valor final para a contratação:

ITENS	DESCRIÇÃO	CATMAT/ CATSER	QUANT.	EMPRESAS				PAINEL DE PREÇOS (MÉDIA E MEDIANA)		(MÉDIA)	MÉDIA (TOTAL)
				WLADIMIR PEREIRA CONSULTORIA		COAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA					
				Val. Unitário	Val. Total	Val. Unitário	Val. Total	Val. Unitário	Val. Total	Val. Unitário	Val. Total
1	Carta Brasileira de Educação Física	15857	30.000	R\$ 3,20	R\$ 96.000,00	R\$ 2,64	R\$ 79.200,00	R\$ 2,3350	R\$ 70.050,00	R\$ 2,73	R\$ 81.900,00
2	Carta Brasileira de Prevenção Integrada na área da Saúde	15857	30.000	R\$ 3,60	R\$ 108.000,00	R\$ 2,48	R\$ 74.400,00	R\$ 2,3300	R\$ 69.900,00	R\$ 2,80	R\$ 84.000,00
3	Código de Ética do Profissional de Educação Física	15857	100.000	R\$ 3,20	R\$ 320.000,00	R\$ 2,07	R\$ 207.000,00	R\$ 1,8267	R\$ 182.670,00	R\$ 2,37	R\$ 237.000,00
4	Código Processual de Ética	15857	2.000	R\$ 6,60	R\$ 13.200,00	R\$ 4,26	R\$ 8.520,00	R\$ 5,1700	R\$ 10.340,00	R\$ 5,34	R\$ 10.680,00
5	Intervenção do Profissional de Educação Física	15857	30.000	R\$ 3,40	R\$ 102.000,00	R\$ 2,58	R\$ 77.400,00	R\$ 1,8040	R\$ 54.120,00	R\$ 2,59	R\$ 77.700,00
6	Guia de Princípio de Conduta Ética do Estudante de Educação Física	15857	30.000	R\$ 3,24	R\$ 97.200,00	R\$ 2,58	R\$ 77.400,00	R\$ 1,8040	R\$ 54.120,00	R\$ 2,54	R\$ 76.200,00
7	Manual de Fiscalização	15857	5.000	R\$ 5,60	R\$ 28.000,00	R\$ 3,66	R\$ 18.300,00	R\$ 4,2600	R\$ 21.300,00	R\$ 4,51	R\$ 22.550,00
-	TOTAL GLOBAL	-	-	R\$ 764.400,00		R\$ 542.220,00		R\$ 462.500,00		-	R\$ 590.030,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após análise das características do objeto, verifica-se que, embora a contratação envolva diferentes itens de material gráfico, a solução deve ser tratada de forma integrada, sem parcelamento excessivo, de modo a preservar a padronização dos materiais, a uniformidade da qualidade final e a eficiência da gestão contratual.

Os itens a serem contratados possuem natureza semelhante, pertencem ao mesmo segmento de mercado e demandam processos produtivos compatíveis, com especificações técnicas, insumos, métodos de impressão e acabamentos usuais no ramo gráfico. Além disso, a execução por um mesmo fornecedor favorece a uniformidade visual e material dos produtos, aspecto relevante para a identidade institucional do CONFEEF.

O parcelamento indevido da solução, com eventual contratação de múltiplos fornecedores para itens correlatos, pode acarretar prejuízos à padronização gráfica, divergências de acabamento, variações de tonalidade, diferenças de qualidade entre materiais equivalentes e aumento da complexidade da fiscalização contratual.

Também deve ser considerado que a contratação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, com fornecimento sob demanda, o que já confere flexibilidade operacional suficiente para atendimento parcelado das necessidades ao longo da vigência da ata, sem que isso exija, necessariamente, a fragmentação da disputa em múltiplas contratações autônomas.

Sob o aspecto econômico e administrativo, a reunião dos itens em solução integrada tende a proporcionar maior racionalidade procedimental, redução de custos administrativos, simplificação da gestão e maior eficiência na execução contratual, sem afastar a competitividade, desde que a modelagem adotada no Termo de Referência observe a compatibilidade entre os itens agrupados.

Dessa forma, não se mostra recomendável o parcelamento da solução em contratações independentes, uma vez que a execução conjunta melhor atende ao interesse público, em razão da padronização institucional pretendida, da compatibilidade técnica entre os itens e da maior eficiência administrativa.

Caso a modelagem final da licitação adote divisão por grupos ou lote, tal agrupamento deverá observar a afinidade técnica e operacional entre os itens, preservando a competitividade e a vantajosidade da contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para fins do disposto na Lei nº 14.133/2021, foram analisadas possíveis contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto em estudo.

Entende-se por contratações correlatas aquelas que guardam relação com o objeto principal, mas que podem ser executadas de forma autônoma, e por contratações interdependentes aquelas cuja execução depende diretamente da contratação ora pretendida.

No caso em análise, verifica-se que a presente contratação possui relação com atividades institucionais que envolvem a produção e divulgação de conteúdo, tais como serviços de comunicação institucional, editoração, elaboração de materiais técnicos e normativos, bem como eventuais contratações de serviços gráficos de natureza semelhante.

Todavia, tais contratações possuem escopos distintos e autonomia operacional, não configurando dependência direta para a execução do objeto ora pretendido.

A execução dos serviços gráficos objeto deste Estudo Técnico Preliminar não está condicionada à existência de outras contratações específicas, uma vez que a Administração fornecerá os arquivos digitais contendo a arte final dos materiais a serem produzidos.

Adicionalmente, não se identificou a necessidade de realização de contratações complementares ou prévias para viabilizar a execução do objeto, tampouco há dependência de infraestrutura, sistemas ou serviços que impeçam a contratação de forma independente.

Ressalta-se que a contratação ora proposta não configura fracionamento indevido de despesa, mas sim consolidação de demanda de mesma natureza, tratada de forma planejada e integrada, em conformidade com os princípios do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que não há contratações interdependentes que condicionem a execução do objeto, sendo a presente contratação suficiente, por si só, para atender à necessidade administrativa identificada.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, estando compatível com as diretrizes administrativas, operacionais e estratégicas da Autarquia.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício correspondente, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de planejamento das contratações públicas.

A inclusão da demanda no PCA reflete a necessidade contínua de fornecimento de materiais gráficos institucionais, indispensáveis ao desempenho das atividades administrativas e finalísticas do CONFEF e ao atendimento das demandas do Sistema CONFEF/CREFs.

Além disso, a contratação está alinhada às iniciativas de fortalecimento institucional, considerando o cenário de expansão do Sistema, com a previsão de criação de novos Conselhos Regionais, bem como ao processo de reestruturação administrativa, com a futura mudança de sede para Brasília/DF.

A solução proposta, baseada no Sistema de Registro de Preços, também se mostra compatível com as diretrizes de planejamento, ao permitir maior flexibilidade na execução contratual, melhor gestão dos recursos públicos e adequação às variações de demanda ao longo do tempo.

Ressalta-se que eventual indicação detalhada de códigos, identificadores e demais informações específicas do PCA será devidamente registrada no Termo de Referência e nos sistemas oficiais pertinentes, no momento oportuno da instrução processual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação está devidamente alinhada ao planejamento institucional, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretendida visa proporcionar ganhos operacionais, administrativos e institucionais ao CONFEF, assegurando o adequado atendimento das demandas por materiais gráficos e contribuindo para a melhoria da eficiência na gestão pública.

Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

a) Garantia de atendimento contínuo das demandas institucionais

A contratação permitirá o fornecimento regular de materiais gráficos indispensáveis às atividades administrativas e finalísticas do CONFEF, evitando descontinuidade no atendimento de demandas relacionadas à orientação institucional, fiscalização profissional e divulgação normativa.

b) Padronização dos materiais institucionais

A execução centralizada dos serviços contribuirá para a uniformidade visual e técnica dos materiais produzidos, fortalecendo a identidade institucional e assegurando consistência na comunicação oficial em todo o Sistema CONFEF /CREFs.

c) Maior eficiência operacional

A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilitará a realização de contratações sob demanda, reduzindo o tempo necessário para atendimento das necessidades e evitando a repetição de procedimentos licitatórios ao longo do exercício.

d) Otimização da gestão de recursos públicos

A solução permitirá a aquisição dos materiais conforme a necessidade efetiva da Administração, evitando a formação de estoques desnecessários, reduzindo desperdícios e promovendo melhor alocação dos recursos públicos.

e) Flexibilidade para atendimento de demandas variáveis

Considerando o cenário de expansão institucional, com a criação de novos Conselhos Regionais, e o processo de reestruturação administrativa do CONFEF, a contratação proporcionará maior capacidade de adaptação às variações de demanda ao longo da vigência da ata.

f) Melhoria no controle da qualidade dos serviços

A definição de critérios objetivos de avaliação de desempenho, associados à exigência de validação prévia dos materiais, permitirá maior controle sobre a qualidade da execução contratual, assegurando conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

g) Redução de riscos administrativos

A contratação estruturada e planejada reduz riscos relacionados à descontinuidade do fornecimento, à execução inadequada dos serviços e à necessidade de contratações emergenciais, contribuindo para maior segurança jurídica e administrativa.

Conclusão

Os benefícios esperados demonstram que a contratação proposta atende ao interesse público, promovendo maior eficiência, economicidade, padronização e qualidade na execução das atividades institucionais do CONFEF, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a adequada execução da contratação, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

a) Elaboração e consolidação dos artefatos da contratação

Deverão ser concluídos os documentos necessários à instrução do processo de contratação, incluindo o Termo de Referência, a pesquisa de preços, a estimativa do valor da contratação e demais peças exigidas pela legislação, assegurando a adequada definição do objeto e das condições de execução.

b) Realização da pesquisa de preços

A Administração deverá proceder ao levantamento de mercado, com vistas à obtenção de preços referenciais compatíveis com os praticados no setor, observando os parâmetros estabelecidos na legislação vigente.

c) Previsão orçamentária

Deverá ser verificada a disponibilidade de créditos orçamentários suficientes para suportar as contratações decorrentes da ata de registro de preços, a serem indicados no momento da formalização dos instrumentos contratuais ou equivalentes.

d) Designação de equipe de gestão e fiscalização

A Administração deverá designar formalmente gestor e fiscais do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e adoção das medidas necessárias à correta execução do objeto.

e) Definição de fluxos internos de solicitação e controle

Deverão ser estabelecidos procedimentos internos para solicitação dos materiais, controle das demandas, acompanhamento das entregas e gestão dos quantitativos registrados, de modo a garantir o uso eficiente da ata de registro de preços.

f) Disponibilização das artes e especificações técnicas

A Administração deverá assegurar a elaboração e organização das artes finais dos materiais a serem produzidos, bem como das especificações técnicas necessárias, garantindo clareza e precisão nas solicitações encaminhadas à contratada.

g) Preparação para fiscalização da qualidade

Deverão ser definidos critérios e rotinas de verificação da qualidade dos materiais entregues, incluindo a conferência das especificações, análise do acabamento e validação dos produtos, conforme previsto no Termo de Referência.

h) Acompanhamento do planejamento institucional

A Administração deverá monitorar eventuais alterações no cenário institucional, especialmente relacionadas à expansão do Sistema CONFEF/CREFs e à reestruturação administrativa, de modo a ajustar, quando necessário, a utilização da ata de registro de preços.

Conclusão

As providências elencadas demonstram que a Administração possui condições de estruturar adequadamente a contratação, garantindo a correta execução do objeto e a obtenção dos resultados esperados, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação pretendida poderá gerar impactos ambientais inerentes à atividade gráfica, especialmente em razão do consumo de papel, tintas, insumos de impressão, energia elétrica, embalagens e transporte dos materiais produzidos.

Entre os principais impactos ambientais potencialmente associados à execução do objeto, destacam-se:

- consumo de recursos naturais, especialmente papel;
- geração de resíduos decorrentes do processo de impressão, acabamento e embalagem;
- utilização de tintas e demais insumos gráficos;
- emissão de poluentes associada ao transporte e à logística de entrega dos materiais.

Embora tais impactos sejam inerentes à natureza do objeto, eles podem ser mitigados por meio da adoção de boas práticas ambientais pela futura contratada e pela Administração.

Nesse sentido, a contratação deverá prever, no que couber, requisitos voltados à sustentabilidade, tais como:

- utilização de materiais e insumos em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;
- adoção de processos produtivos que reduzam desperdícios;
- adequada destinação de resíduos gerados na execução dos serviços;
- utilização de embalagens apropriadas, com racionalização de materiais de acondicionamento;
- observância de práticas que promovam o uso eficiente de recursos naturais.

Ressalta-se que a natureza do objeto não envolve, em regra, impacto ambiental de alta magnitude, sendo os efeitos decorrentes da contratação considerados controláveis e mitigáveis mediante exigências contratuais compatíveis com o mercado e fiscalização adequada da execução.

Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais da contratação são compatíveis com o objeto pretendido e podem ser minimizados por meio da adoção de critérios de sustentabilidade e de boas práticas operacionais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos levantados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, uma vez que a solução proposta mostra-se adequada, necessária e compatível com o interesse público.

A necessidade administrativa restou demonstrada pela demanda contínua por materiais gráficos institucionais indispensáveis ao apoio das atividades administrativas e finalísticas do CONFEF, especialmente para orientação institucional, padronização de procedimentos, apoio à fiscalização profissional e divulgação de normas e diretrizes.

O levantamento de mercado evidenciou que a contratação de empresa especializada em serviços gráficos, com fornecimento de materiais, por meio de Sistema de Registro de Preços, é a solução mais apropriada para o atendimento da demanda, por aliar padronização, flexibilidade operacional, racionalização administrativa e melhor gestão dos recursos públicos.

A solução escolhida também se mostra compatível com o cenário institucional atual e prospectivo, considerando a possibilidade de ampliação da demanda em razão da criação de novos Conselhos Regionais e o contexto de reestruturação administrativa do CONFEF, o que reforça a necessidade de modelo contratual que permita atendimento sob demanda, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

Verificou-se, ainda, que a contratação é tecnicamente viável, pois o objeto possui especificações usuais de mercado, ampla disponibilidade de fornecedores aptos à sua execução e possibilidade de definição objetiva dos requisitos de desempenho e qualidade.

Sob o aspecto administrativo, a contratação revela-se viável em razão da possibilidade de adequada instrução processual, elaboração dos artefatos necessários, realização de pesquisa de preços, definição de critérios de execução e fiscalização, bem como adoção das providências internas para acompanhamento da futura contratação.

Quanto aos aspectos ambientais, os impactos identificados são inerentes à natureza do objeto, porém controláveis e mitigáveis mediante exigências contratuais proporcionais e adoção de boas práticas de sustentabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e ambiental, mostrando-se apta a atender a necessidade pública identificada de maneira eficiente, econômica e alinhada aos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON FRADE FERNANDES

Área Requisitante



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 13:32:37.